



31 DE JANEIRO DE 2017

Terça-feira

- ANO DE QUEDA PARA A INDÚSTRIA
- INDÚSTRIA CORTA 955 MIL VAGAS EM UM ANO, DIZ IBGE; CONSTRUÇÃO DEMITE 857 MIL
- CONTAS PÚBLICAS TERMINAM 2016 COM ROMBO RECORDE DE R\$ 154,3 BI
- COM CRISE NA INDÚSTRIA, SALÁRIO MÉDIO DO TRABALHADOR CAI PELA 1ª VEZ, DIZ CNI
- CNI AVALIA QUE 'GRADATIVAMENTE' INDÚSTRIA ENTRA EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO
- VOTE BEM É VENCEDOR DO PRÊMIO BOAS PRÁTICAS ELEITORAIS
- EPE VÊ REAÇÃO DA INDÚSTRIA E PROJETA ALTA DO CONSUMO
- HOMOLOGAÇÃO DE DELAÇÕES DA ODEBRECHT MOSTRA RESPONSABILIDADE COM O PAÍS, DIZ CAMPAGNOLO
- CONTA DE LUZ CONTINUARÁ COM BANDEIRA VERDE EM FEVEREIRO
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA AVANÇA 4,3 PONTOS EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, REVELA FGV
- FATURAMENTO DO SETOR INDUSTRIAL CAI 12,1% EM 2016 ANTE 2015, DIZ CNI
- FUNDO DE INVESTIMENTO VAI ESCOLHER 15 PROJETOS DE ATÉ R\$ 7 BILHÕES
- CONFIANÇA DO SETOR DE SERVIÇOS SOBE 4,1 PONTOS EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, DIZ FGV
- PIB PODE GANHAR ATÉ 0,4 PONTO COM REFORÇO DAS CONTAS INATIVAS DO FGTS
- BRASIL LANÇA CANDIDATURA DE EMBAIXADOR GRACA LIMA AO ÓRGÃO DE APELAÇÃO DA OMC
- INTENÇÃO DE INVESTIMENTO EM ESTOQUE NO VAREJO RECUA 0,7% EM JANEIRO, DIZ CNC
- ABRAPP APRESENTARÁ NORMA PARA INSCRIÇÃO AUTOMÁTICA EM MARÇO, EM REUNIÃO DO CNPC
- EXPORTADORES JÁ PRESSIONAM TEMER POR TPP

- BC: QUANDO FOR ADOTADA PROPORCIONALIDADE, HAVERÁ REDUÇÃO DO CUSTO DE INSTITUIÇÕES
- FGV: DESACELERAÇÃO GENERALIZADA NO IPA E IPC DEVE ALIVIAR IGP-M EM FEVEREIRO
- CRIAÇÃO DE EMPRESAS DESACELERA NO FIM DE 2016
- VOLKSWAGEN DESBANCA TOYOTA E VIRA LÍDER MUNDIAL NA VENDA DE VEÍCULOS
- DESEMPREGO SOBE PARA 12% E 2016 TERMINA COM 12,3 MI DE DESOCUPADOS
- CRESCIMENTO EM FIOS E CABOS DEVE VIR DE PEQUENOS PROVEDORES NESTE ANO
- SIEMENS PLM DRIBLA A CRISE E CRESCE COM INDÚSTRIA 4.0
- FOTON COMEÇA A VENDER CAMINHÕES FEITOS NO BRASIL EM MARÇO
- GM E HONDA INVESTIRÃO US\$ 85 MILHÕES PARA PRODUZIR CÉLULA DE COMBUSTÍVEL
- CRÉDITO PARA VEÍCULOS: CONCESSÕES CHEGARAM A R\$ 7,2 BI EM DEZEMBRO
- CONSÓRCIO HONDA CRESCE 42% EM AUTOMÓVEIS
- NA CRISE, RODADA DE NEGÓCIO É CHANCE DE BUSCAR NOVAS OPORTUNIDADES
- NEW HOLLAND TEM NOVO VP PARA A AMÉRICA LATINA
- FÁBRICA DA NISSAN EM RESENDE INAUGURA NOVO ESPAÇO DE TREINAMENTO EM SEGURANÇA
- NOVO REFIS DEVE PRIVILEGIAR EMPRESAS COM PREJUÍZOS FISCAIS ACUMULADOS
- 'PENSAMENTO ENXUTO É QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA ÀS EMPRESAS', DIZ ESPECIALISTA
- PARLAMENTARES ESTUDAM MEDIDAS PARA REDUZIR BUROCRACIA E CUSTO BRASIL
- INVESTIMENTO NO BRASIL FAZ 'ESCALA' EM PAÍSES EUROPEUS

CÂMBIO		
EM 31/01/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,130	3,131
Euro	3,379	3,380

Fonte: BACEN

Ano de queda para a indústria

31/01/2017 – Fonte: CNI

2016 foi um ano de muitas dificuldades para a indústria. Os indicadores de atividade industrial mostraram expressivas quedas na comparação com 2015. O faturamento real recuou 12,1% e as horas trabalhadas, 7,6%.

Os dados de mercado de trabalho também foram negativos: na comparação com 2015, o emprego caiu 7,5%, a massa salarial, 8,6% e o rendimento médio 1,2%. A utilização da capacidade instalada (UCI) permaneceu baixa ao longo de todo o ano, 2 pontos percentuais abaixo da média de 2015 e 4,9 pontos percentuais abaixo da média entre 2003 e 2014.

Os resultados de dezembro mostram que a UCI (dessazonalizada) terminou o ano em 76%, o menor valor da série histórica, com início em 2003.

Massa salarial e rendimento médio recuaram pelo terceiro mês consecutivo.

Clique no link ao lado e confira a matéria:

http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2017/01/IndicadoresIndustriais_Dezembro_2016.pdf

Indústria corta 955 mil vagas em um ano, diz IBGE; construção demite 857 mil

31/01/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Em meio a mais um ano de crise na produção, a indústria manteve as dispensas de empregados no País. A atividade cortou 955 mil trabalhadores no período de um ano, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O total de ocupados na indústria recuou 7,7% no trimestre encerrado em dezembro de 2016 ante o mesmo período do ano anterior.

Já a construção extinguiu 857 mil postos de trabalho em dezembro ante um ano antes, queda de 10,8% na ocupação no setor. "Os grupamentos mais afetados pela crise foram indústria e construção", apontou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

O comércio, que costuma contratar funcionários temporários no fim do ano, dispensou 75 mil empregados no trimestre encerrado em dezembro ante o mesmo período do ano anterior, queda de 0,4% na ocupação no setor.

Outras atividades com corte de vagas foram agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-417 mil empregados, recuo de 4,5% no total de ocupados), administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-110 mil vagas, queda de 0,7%) e serviços domésticos (-238 mil empregados, redução de 3,7% no total de ocupados).

O setor de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas – que inclui alguns serviços prestados à indústria – registrou um avanço 174 mil vagas em um ano, 1,8% de ocupados a mais.

Também houve aumento em dezembro no contingente de trabalhadores de alojamento e alimentação (+247 mil empregados), outros serviços (+165 mil pessoas) e transporte, armazenagem e correio (+99 mil ocupados).

Contas públicas terminam 2016 com rombo recorde de R\$ 154,3 bi

31/01/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Com esse resultado, a equipe econômica conseguiu ficar abaixo da meta de resultado primário fixada para o governo central, de R\$ 170,5 bilhões



As contas públicas encerraram 2016 com um rombo histórico de R\$ 154,3 bilhões. O resultado, já esperado, é recorde e foi consequência de uma combinação perversa de receitas em queda e despesas engessadas.

Segundo relatório divulgado pelo Ministério da Fazenda nesta segunda-feira (30), as receitas somaram R\$ 1,088 trilhão no ano passado, o que representa uma queda real (já descontada a inflação) de 4,1% em relação a 2015. Já as despesas acumularam R\$ 1,242 trilhão – uma queda real de 1,2%.

Com esse resultado, a equipe econômica conseguiu ficar abaixo da meta de resultado primário fixada para o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para o ano. Ela era um déficit primário de R\$ 170,5 bilhões. De acordo com o relatório, a diferença entre a meta e o resultado final, de R\$ 16,2 bilhões, será parcialmente usada pelo governo para compensar uma frustração no resultado fiscal das empresas estatais.

No documento de hoje, o Tesouro informou o valor de despesas que será usado como base para a aplicação da regra que fixou um teto para os gastos públicos a partir de 2017. De acordo com proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada pelo Congresso, as despesas deste ano só poderão crescer de acordo com a inflação, estimada pela equipe econômica em 7,2%.

Segundo o texto da Fazenda, as despesas que serão referência para o teto em 2016 são de R\$ 1,214 trilhão. Esse valor é diferente do apurado no resultado primário porque nem todos os gastos foram incluídos na nova regra. Assim, aplicando uma inflação de 7,2% ao número de 2016, as despesas de 2017 só poderão chegar a R\$ 1,301 trilhão.

Por meio de um vídeo apresentado aos jornalistas, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o resultado de 2016 foi melhor que o previsto. Segundo ele, o governo conduziu de forma rigorosa a execução orçamentária e financeira do ano passado.

O ministro destacou que a equipe econômica conseguiu reduzir em R\$ 37,5 bilhões o estoque de restos a pagar (RAP) – despesas de anos anteriores – em 2016. E afirmou que o teto para os gastos públicos a partir de 2017 vai ajudar a reequilibrar as finanças da União:

“Agora, o teto de gastos vai permitir que o Brasil volte aos poucos a gerar superávits primários e a reduzir a dívida pública, restaurando a confiança dos investidores”, disse Meirelles.

A secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, também comemorou o fato de o resultado primário do governo central em 2016 ter sido melhor que a meta fixada. Ela destacou que, no final do ano, a equipe econômica conseguiu melhorar o desempenho fiscal graças a uma recuperação das receitas e também uma redução das despesas públicas.

Ana Paula explicou que além de compensar uma frustração no resultado das empresas estatais, o déficit primário menor de 2016 também poderá ajudar a compensar uma frustração nas contas de estados e municípios. Isso porque a meta fiscal do setor público consolidado (que inclui governo central, estatais e estados e municípios) é de um saldo negativo R\$ 163,9 bilhões.

Deste total, o governo central deveria apresentar um déficit de R\$ 170,5 bilhões. As estatais deveriam ter saldo zero e os governos regionais deveriam ter superávit primário de R\$ 6,6 bilhões. No entanto, nem estatais e nem prefeitos e governadores conseguirão atingir o objetivo esperado.

Com crise na indústria, salário médio do trabalhador cai pela 1ª vez, diz CNI

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

Um dos símbolos da crise que atingiu a indústria no ano passado não foi visto no balanço das empresas e atingiu o bolso dos trabalhadores do setor. Dados apresentados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelaram que o rendimento médio real dos empregados industriais teve queda de 1,2% em 2016 na comparação com o ano anterior. É a primeira vez na série histórica que esse indicador registrou queda.

Segundo a entidade, o rendimento médio real atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) caiu ininterruptamente nos três últimos meses de 2016 e acumulou queda de 4,3% na comparação trimestral.

“Mesmo com a grande indexação e os dissídios, esse indicador teve a primeira queda. Isso é fruto do mercado de trabalho bastante desaquecido. Então, algumas negociações de dissídio tiveram recomposição dos salários abaixo da inflação”, disse o gerente-executivo de política econômica da CNI, Flávio Castelo Branco. “Isso mostra que, com o desemprego crescente, os trabalhadores estão dispostos a aceitar correção menores dos salários”, completa.

Castelo Branco elogiou a indicação de reforma trabalhista do governo Michel Temer que pretende fazer com que o acordado entre categoria e empregador se sobreponha ao legislado. “Isso dará valorização à negociação e significa que você dá margem de manobra para que as partes acertem temas que vão além do salário, como jornada de trabalho ou o intervalo entre turnos”, disse.

CNI avalia que ‘gradativamente’ indústria entra em processo de recuperação

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após dois anos seguidos de queda da produção, a indústria parece que finalmente começa a ver uma luz no fim do túnel. Os sinais de reação da atividade acontecem na esteira da queda da inflação, redução dos juros e gradual reação da confiança do empresariado. O gerente-executivo de política econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, destaca a reação na margem de indicadores como emprego e horas trabalhadas para afirmar que parece que “a economia bateu no fundo do poço” e se prepara para levantar.

“O emprego subiu pela primeira vez após 23 meses de queda e as horas na produção trabalhadas aumentaram pelo segundo mês seguido. Esses números mostram ou sinalizam o início de uma possível reversão da trajetória negativa que já vem há dois anos”, disse o economista ao apresentar o relatório de Indicadores Industriais. “Se a

tendência persistir, indica que as empresas podem estar esperando a retomada da demanda em 2017”, disse.

Castelo Branco cita que há fatores que pesam a favor da leitura positiva de cenário. O economista cita como exemplos a queda da inflação e a consequente redução dos juros em ritmo mais acentuado que o esperado inicialmente. Esse quadro deve melhorar as condições de crédito para empresas e famílias, o que tende a incentivar a demanda.

Balanco

O documento mostra que a indústria terminou o ano de 2016 com forte deterioração e o faturamento real das empresas teve queda de dois dígitos: retração de 12,1% ante 2015. “Isso mostra grande corrosão e implica grande dificuldade nas contas. Ou seja, fragilidade das empresas”, disse o economista.

Além da queda do faturamento, o balanço da entidade mostrou que a utilização da capacidade da indústria brasileira caiu mais uma vez e atingiu o menor patamar da história em dezembro de 2016. O índice recuou de 76,4% em novembro para 76% em dezembro do ano passado, de acordo com a série dessazonalizada. Em dezembro de 2015, o índice estava em 77,7%.

Vote Bem é vencedor do prêmio Boas Práticas Eleitorais

31/01/2017 – Fonte: FIEP

Movimento de conscientização política articulado pela Fiep foi reconhecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná na categoria Comunicação



Campagnolo (à direita), recebeu a premiação do presidente do TRE-PR, Luiz Fernando Tomasi Keppen (Foto: Gelson Bampi)

A campanha Vote Bem, articulada pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), em parceria com mais de 100 entidades, foi uma das vencedoras do prêmio Boas Práticas Eleitorais, entregue nesta segunda-feira (30), em Curitiba, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). O Vote Bem foi premiado na categoria Comunicação, em que foram reconhecidos também o Aplicativo para Denúncias Eleitorais, da OAB/PR, e o Portal Gazeta do Povo – Eleições 2016.

Movimento apartidário de conscientização política, o Vote Bem tem por objetivo mobilizar a sociedade sobre a importância da escolha criteriosa dos candidatos e a necessidade de cada cidadão monitorar os eleitos. Ao longo de 2016, a campanha atuou no compartilhamento de informações e promoveu importantes debates sobre temas de interesse coletivo. Em todas as ações, o Vote Bem buscou estimular o exercício da cidadania e colaborar para o aprimoramento do sistema político e da gestão pública no país.

O presidente da Fiep, Edson Campagnolo, que recebeu a premiação, destacou que o reconhecimento deve ser dividido com todas as pessoas que, de alguma forma, se envolveram com o Vote Bem. “Não é a Fiep que está sendo reconhecida por esse

trabalho, mas todas as mais de 100 instituições que se envolveram, os vários artistas voluntários que gravaram vídeos, os cidadãos que gravaram depoimentos, as pessoas que foram às escolas fazer palestras. Esse é nosso maior prêmio: conseguimos transmitir à sociedade a importância do voto”, disse.

Campagnolo acrescentou ainda que o Vote Bem voltará em 2018, quando ocorrerão eleições gerais. Até lá, porém, o movimento deve seguir incentivando a participação da sociedade em debates fundamentais para o aprimoramento da democracia brasileira, como a reforma política. “O Vote Bem quer continuar nas ruas, nas praças, nas mídias, no ambiente das escolas, das indústrias, do comércio e em todo local para discutir o que é melhor para a reforma política”, afirmou.

Para o desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, presidente do TRE-PR, iniciativas como o Vote Bem serviram para que o Paraná tivesse, no ano passado, um de seus processos eleitorais mais maduros. “Nunca tivemos antes eleições tão limpas no Paraná e com um debate em torno das ideias. O processo eleitoral foi um processo amadurecido, e por isso premiamos aqueles que se destacaram”, afirmou. “Muitos são os que criticam, poucos são os que elogiam. Mas quem faz, e faz bem feito, merece o reconhecimento público, é isso que fizemos”, acrescentou.

Os esforços da Fiep para a criar uma maior conscientização política no país foram elogiados também pelo presidente da OAB/PR, José Augusto Araújo de Noronha. Uma das instituições que apoiaram o Vote Bem, a OAB também foi reconhecida pelo TRE-PR por ter lançado, na última eleição, o Aplicativo para Denúncias Eleitorais.

“A Fiep foi parceira da OAB no objetivo de termos eleições limpas e transparente e com as pessoas votando com consciência”, disse, destacando também os resultados alcançados pelo aplicativo. “Tivemos mais de 700 denúncias, sendo que mais de 500 foram encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral. Tenho certeza que muitos dos eleitos ainda correm o risco de perder seus diplomas por causa dessas denúncias”, completou.

EPE vê reação da indústria e projeta alta do consumo

31/01/2017 – Fonte: GS Notícias

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê o aumento do consumo de energia do setor industrial brasileiro este ano, na comparação com 2016. O crescimento, de acordo com a estatal, deve se dar pela utilização da capacidade instalada ociosa das fábricas em caso de recuperação gradual da demanda interna.

“Com grande parte dos ajustes na atividade produtiva já realizados em 2015 e 2016, tais como de mão de obra, adequação dos investimentos, redução de estoques, adaptação da capacidade produtiva, entre outros e, em função da base baixa de 2016 [...] a expectativa é que o segmento industrial pode ter um desempenho melhor em 2017”, disse o presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso.

De acordo com dados divulgados ontem pela estatal de estudos energéticos, o consumo de energia da classe industrial em dezembro alcançou 13.453 gigawatts-hora (GWh), com alta de 0,9% ante igual período de 2015. Foi o segundo mês seguido de alta, após 32 meses consecutivos de queda (desde março de 2014), nesse tipo de comparação.

“As taxas anuais de variação do consumo industrial de cada mês foram se tornando menos negativas ao longo 2016, principalmente no segundo semestre”, destacou a EPE, em documento sobre o assunto.

De acordo com a estatal, entre dezembro de 2016 e o do ano anterior, quatro dos dez principais segmentos consumidores de energia da indústria registraram crescimento do consumo: têxtil (8,6%), papel e celulose (8,3%), automotivo (5,1%) e metalúrgico (3,8%).

Na semana passada, em reportagem publicada pelo Valor, economistas avaliaram que a produção industrial brasileira cresceu 3% em dezembro, ante igual período de 2015. Um dos destaques de crescimento do consumo de energia em dezembro, o setor automotivo teve um incremento da produção de 40,6%, na comparação com igual mês do ano anterior, de acordo com a Anfavea.

Com relação ao Brasil como um todo, o presidente da EPE também estima uma melhora do consumo em 2017. "Com a retomada gradual das atividades econômicas no país, e na persistência das condições climáticas com temperaturas mais altas como as observadas nesse início de ano, espera-se um nível pouco mais elevado no consumo de eletricidade em 2017", afirmou.

Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o consumo de energia está diretamente ligado ao desempenho da economia. "O consumo de energia só deve ter crescimento mais acentuado na medida em que a economia se recupere. Enquanto isso, estamos andando de lado na economia e no consumo de energia".

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, Nivalde de Castro, o comportamento do consumo de energia continua muito atrelado à crise econômica e política que o país vive. Com isso, pode haver aumento da sobrecontratação das distribuidoras, o que "indica a necessidade urgente do ministério de Minas e Energia de reduzir esta fonte de desequilíbrio, como foi sinalizado com a proposta dos leilões de descontração e dos ajustes entre agentes".

Em 2016, o consumo de energia do país foi de 460 mil GWh, com retração de 0,9% em relação ao ano anterior. Foi o segundo ano consecutivo de queda do consumo, que voltou a patamar menor que o observado em 2013, de 463.740 GWh, refletindo o mau desempenho da economia brasileira. Além do setor industrial, contribuiu para o resultado negativo o fraco desempenho do segmento de comércio e serviços, cujo consumo no ano passado recuou 2,5%, na comparação com 2015, para 88.185 GWh.

O segmento foi o único que registrou queda em dezembro, em relação a igual período do ano anterior, de 3,3%. Para a classe comercial, Barroso também vê uma possível recuperação gradual das atividades do segmento em 2017, devido à redução da taxa de juros e outros fatores, porém atenuada pela demora na melhora no mercado de trabalho.

O setor residencial fechou 2016 com alta de 1,4% do consumo de energia, para 132.893 GWh. Apesar do aumento, a variação ainda está abaixo da média observada entre 2004 e 2015, cujo crescimento foi de 4,8% ao ano.

Homologação de delações da Odebrecht mostra responsabilidade com o país, diz Campagnolo

31/01/2017 – Fonte: FIEP

Presidente da Fiep elogia decisão da ministra Cármen Lúcia e afirma que eventuais impactos políticos não podem comprometer a agenda de recuperação econômica

O presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, classifica como acertada a decisão da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, de homologar as delações da Odebrecht.

Na manhã desta segunda-feira (30), a ministra deu aval aos mais de 800 depoimentos de 77 executivos e ex-funcionários da empreiteira, fazendo com que a partir de agora passem a ser utilizados como prova nas investigações da operação Lava Jato.

“Foi uma decisão acertada, em que a ministra mostra responsabilidade com o país e consideração com a sociedade, que exige a completa apuração dos escândalos de corrupção que tanto prejudicam o Brasil”, afirma Campagnolo.

O presidente da Fiep destacou ainda a celeridade com que Cármen Lúcia conduziu a questão, tendo homologado as delações menos de duas semanas após o falecimento do ministro Teori Zavascki, até então responsável pela Lava Jato no STF. “Essa agilidade é importante para que não parem dúvidas sobre o prosseguimento da operação”, diz.

Campagnolo declara ainda que, independente dos impactos políticos que as delações da Odebrecht possam causar no meio político, é fundamental que governo federal e Congresso Nacional não deixem de lado a agenda para tirar o Brasil da complexa crise econômica em que se encontra.

“Um eventual aprofundamento da crise política não pode interferir na tomada de decisões para que o Brasil recupere seu dinamismo econômico e volte a crescer. Mais do que nunca, a classe política precisará colocar os interesses do país acima de interesses pessoais ou partidários”, afirma.

Conta de luz continuará com bandeira verde em fevereiro

31/01/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

De acordo com a Aneel, as condições hidrológicas estão favoráveis e não foi necessário acionar as usinas termelétricas mais caras



Este será o terceiro mês consecutivo de bandeira verde na tarifa de energia. Marcello Casal Jr./Agência Brasil

As contas de luz vão continuar sem cobrança adicional em fevereiro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu que as faturas de energia terão a bandeira verde pelo terceiro mês consecutivo. O sistema de bandeiras é atualizado mensalmente pela Aneel.

De acordo com a Aneel, as condições hidrológicas estão favoráveis, de forma que não foi necessário acionar usinas termelétricas com custo acima de R\$ 211,28 por megawatt-hora (MWh).

Quando o custo da última térmica acionada supera esse valor e fica abaixo de R\$ 422,56 por MWh, a Aneel aplica a bandeira amarela. Foi o que ocorreu em novembro, quando foram adicionados R\$ 1,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. De abril a outubro, vigorou a bandeira verde.

Quando o custo das termelétricas ligadas supera R\$ 422,56 por MWh, a Aneel utiliza a bandeira vermelha, que adiciona entre R\$ 3,00 a cada 100 kWh consumidos. Se o valor for superior a R\$ 610,00 por MWh, o acréscimo é de R\$ 4,50 a cada 100 kWh.

Confiança da indústria avança 4,3 pontos em janeiro ante dezembro, revela FGV

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) subiu 4,3 pontos em janeiro ante dezembro, alcançando 89,0 pontos, o maior nível desde maio de 2014 (92,2 pontos), informou na manhã desta terça-feira, 31 a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na métrica de médias móveis trimestrais, o índice avançou 1,0 ponto, para 86,7 pontos.

A alta na confiança industrial ocorreu em 15 de 19 segmentos pesquisados e atingiu tanto as avaliações sobre a situação atual quanto as perspectivas das empresas para os próximos meses. O Índice de Expectativas (IE) subiu 4,7 pontos, para 91,0 pontos, e o Índice da Situação Atual (ISA) teve alta de 3,8 pontos, para 87,0 pontos.

A maior contribuição para a elevação do IE em janeiro veio do indicador que mede as perspectivas para o pessoal ocupado nos três meses seguintes. O componente subiu 7,4 pontos, para 89,2 pontos, recuperando a perda acumulada de 6,0 pontos nos cinco meses anteriores. Houve elevação do percentual de empresas que projetam aumento do total de pessoal ocupado, de 11,1% para 14,1% do total, e redução da parcela das que preveem diminuição do quadro de pessoal, de 21,7% para 16,7%.

A situação atual dos negócios exerceu a maior influência para a elevação do ISA em janeiro. Após três quedas sucessivas, o indicador subiu 5,2 pontos em janeiro, para 82,9 pontos. O percentual de empresas que consideram a situação dos negócios boa aumentou de 10,7% para 16,7% do total, enquanto a fatia que a considera fraca diminuiu, de 46,7% para 43,5%.

A FGV destaca, contudo, que mesmo com a melhora neste mês, o indicador permanece há quatro meses como o menor entre os componentes do ICI, indicando que a percepção em relação ao estado geral dos negócios é ainda pior que a percepção em relação ao nível de atividade.

“Com a alta expressiva de janeiro, o ICI recupera o terreno perdido após setembro, quando o desapontamento com a evolução dos negócios no segundo semestre interrompeu a tendência de alta que vinha sendo observada no ano passado. O setor parece estar reagindo a uma combinação de aceleração da produção no final do ano e do ritmo de queda dos juros a partir de janeiro”, afirma Aloisio Campelo Junior, Superintendente de Estatísticas Públicas do Ibre/FGV.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) atingiu 74,6% em janeiro, 1,7 ponto percentual acima do mês passado, quando havia registrado o menor nível da série histórica iniciada em 2001.

A edição de janeiro de 2017 do ICI coletou informações de 1.089 empresas entre os dias 2 e 26 deste mês. A próxima divulgação desse indicador será no dia 24 de fevereiro de 2017, sendo que a prévia do resultado será publicada no site do Ibre/FGV no dia 20 de fevereiro.

Faturamento do setor industrial cai 12,1% em 2016 ante 2015, diz CNI

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

Empresas do setor industrial terminaram o ano de 2016 com queda de dois dígitos no faturamento. Dados apresentados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta segunda-feira, 30, mostram que o faturamento real do setor caiu 12,1% no

acumulado do ano passado na comparação com 2015. No relatório de Indicadores Industriais, a CNI diz que "2016 foi um ano de muitas dificuldades" e os números "mostraram expressivas quedas na comparação com 2015".

Segundo o relatório apresentado nesta tarde à imprensa, o ano passado terminou com queda de 7,6% nas horas trabalhadas na produção e retração de 7,5% no emprego industrial. A massa salarial caiu com ainda mais força e recuou 8,6% no acumulado do ano na comparação com 2015.

O documento da CNI mostrou ainda que o rendimento médio real caiu 1,2% no ano e registrou recuo de iguais 1,2% em dezembro na comparação com novembro na série com ajuste sazonal. Sem ajuste, o número perdeu 3,8% no último mês do ano passado.

Emprego

A indústria emitiu sinais marginais de recuperação em dezembro de 2016. Dados apresentados pela CNI mostram ligeira reação dos indicadores de horas trabalhadas, emprego e faturamento real em dezembro na comparação com novembro de 2016. O emprego subiu pela primeira vez após 23 meses seguidos de queda, segundo o relatório dos Indicadores Industriais produzido pela entidade industrial.

Segundo a série dessazonalizada da CNI, a melhor reação foi vista nas horas trabalhadas na produção, indicador que teve alta de 1% em dezembro ante novembro. Essa foi a segunda elevação mensal seguida desse índice. O emprego também apresentou ligeira reação em dezembro, com alta de 0,2% ante o mês anterior no primeiro aumento após 23 meses de piora.

Mesmo com essa ligeira reação do emprego, a massa salarial real continua em queda e registrou retração de 1,6% na mesma base de comparação. O relatório da CNI informa ainda que o faturamento real da indústria também subiu ligeiramente 0,1% ante o mês anterior.

Apesar da ligeira reação vista nos indicadores de dezembro, os números continuam bastante negativos quando comparados com igual mês do ano de 2015. No faturamento real, há queda de 4,8%. O emprego acumula perda de 5% ante dezembro de 2015, enquanto houve recuo de 8,7% na massa salarial e queda de 1,1% nas horas trabalhadas.

Fundo de investimento vai escolher 15 projetos de até R\$ 7 bilhões

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Caixa Econômica Federal publicou nesta segunda-feira, 30, o primeiro edital de chamada pública para seleção de projetos do fundo de investimento que usa parte do FGTS para aplicar em infraestrutura, o FI-FGTS. Trata-se de um novo modelo adotado no fim do ano passado, depois de o fundo registrar prejuízo recorde em 2015 e estar sob alvo da Operação Lava Jato.

Segundo a Caixa, administradora do fundo, a primeira chamada pública ofertará até R\$ 7 bilhões para investimentos em até 15 projetos de saneamento, aeroportos, hidrovias, ferrovias, portos, rodovias e energia. Os interessados terão um prazo de aproximadamente 45 dias para submeterem suas propostas para avaliação. A Caixa vai organizar road show em algumas capitais brasileiras e workshop de esclarecimentos sobre o edital.

De acordo com o banco, os projetos serão avaliados de acordo com alguns critérios: peso para cada segmento, participação do fundo no volume total de investimento do projeto, modalidade de debênture, que pode ser incentivada ou não, geração de empregos, região de investimento, comprometimento do acionista com capital próprio,

outras fontes de longo prazo e nível de governança corporativa. Também há condições mínimas de habilitação, como estar em dia com obrigações trabalhistas e tributárias. A expectativa é selecionar projetos de todos os setores em que o FI-FGTS pode investir respeitando o limite de recursos disponíveis, bem como os dispositivos de seu regulamento. O foco deste primeiro processo estará em ativos de dívida, como debêntures, na modalidade "project finance", financiamento de projetos e não mais de empresas.

No sistema de "project finance", a garantia é o fluxo de caixa da companhia. Ou seja, os recebíveis do projeto. A grande vantagem dessa modalidade é que, no caso de uma empresa quebrar ou o projeto não ser bem-sucedido, o financiador – no caso o fundo de investimento do FGTS – terá o direito imediato de se apoderar da receita da empresa, que significa também o dinheiro das vendas. O grande risco é a fase pré-operacional, que nas operações do FI-FGTS terão fiança bancária.

Em 2015, o FI-FGTS fechou com a menor rentabilidade da história, negativa de 3%, com perda de R\$ 900 milhões no patrimônio. Os dados consolidados de 2016 ainda não foram publicados. A principal razão para o resultado tão ruim no ano anterior foi o provisionamento de R\$ 1,8 bilhão para cobrir os prejuízos do colapso da Sete Brasil, criada para construir os navios sondas do pré-sal.

O conselho curador do FGTS chegou a condicionar a aprovação das contas de 2015 à divulgação pela Caixa de uma auditoria que está sendo levada a cabo sobre os aportes de R\$ 4,2 bilhões decididos na época em que Fábio Cleto, ex-vice-presidente da Caixa, integrava o comitê.

Ligado ao ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, Cleto apontou, na delação premiada, um esquema de corrupção para que as empresas conseguissem recursos do FI-FGTS. Com o depoimento dele, o fundo, criado no governo Lula, entrou de vez na mira da Lava Jato.

Confiança do setor de serviços sobe 4,1 pontos em janeiro ante dezembro, diz FGV

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) subiu 4,1 pontos na passagem de dezembro para janeiro, para 80,4 pontos, na série com ajuste sazonal, informou nesta terça-feira, 31, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com a alta, o indicador ultrapassa a marca dos 80 pontos pela primeira vez desde fevereiro de 2015.

"A melhora na percepção do setor sobre as condições de negócios, tanto em relação a fatores atuais quanto em sua visão sobre as expectativas, é um aspecto favorável dos resultados da Sondagem de Serviços neste início de ano. A reação representa uma redução no pessimismo das empresas, uma vez que os resultados ainda se encontram em patamar historicamente muito baixo.

De todo modo, esses resultados podem sinalizar o início de reação no ânimo empresarial em resposta a um contexto de inflação em queda e de uma perspectiva de melhora nas condições de crédito", avaliou o economista Silvio Sales, consultor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, em nota oficial.

Das 13 atividades pesquisadas, 11 apresentaram alta da confiança em janeiro. O Índice de Situação Atual (ISA-S) subiu 4,7 pontos, para 74,3 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE-S) subiu 3,2 pontos, para 86,6 pontos. O Nível de Utilização da Capacidade (NUCI) do setor de serviços, entretanto, recuou 0,5 ponto percentual em janeiro, para 82,3%. A coleta de dados para a edição de novembro da sondagem foi realizada entre os dias 2 e 27 deste mês.

PIB pode ganhar até 0,4 ponto com reforço das contas inativas do FGTS

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

A liberação das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deve ter um impacto positivo no crescimento da economia de até 0,40 ponto porcentual. A projeção foi feita pela equipe de economistas do banco Santander. A instituição é mais otimista que o governo e prevê que valor próximo de 100% das contas inativas – cerca de R\$ 41,4 bilhões – será sacado pelos trabalhadores e boa parte desse dinheiro reforçará o consumo das famílias nos próximos meses.

Estudo do Santander divulgado com exclusividade para o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, estima que a liberação das contas inativas do FGTS servirá como um empurrão para a economia que ainda luta para tentar deixar a recessão. Liderados pela economista Adriana Dupita, analistas do banco calculam que os recursos devem reforçar o consumo das famílias em até 0,7% nos meses seguintes à retirada do dinheiro.

Com a maior demanda dos consumidores, o Santander prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) pode ganhar reforço extra de até 0,40 ponto porcentual. A estimativa é que esse impacto aconteça entre 2017 e 2018, especialmente no início do período de liberação dos recursos. “Não é desprezível, especialmente diante da atual situação da economia”, diz Adriana, ao citar que a estimativa considera o “efeito multiplicador” do consumo das famílias. O banco espanhol estima expansão de 0,7% do PIB em 2017 e 3,0%, em 2018.

Cronograma

A liberação do dinheiro foi anunciada pelo governo como um incentivo à economia. Todas as pessoas que possuem contas do FGTS que ficaram inativas até o fim de 2015 terão direito ao saque. O calendário para a retirada desse dinheiro será divulgado em fevereiro e é esperado que o cronograma, que deve começar em março, leve em conta a data de aniversário do trabalhador.

A economista do Santander explica que a projeção foi feita com base na premissa de que os cerca de 10 milhões de brasileiros que têm dinheiro nas contas inativas deverão retirar praticamente 100% dos depósitos. Segundo o governo, há R\$ 41,4 bilhões nessas contas. A projeção do Santander é mais otimista que a Da equipe econômica que prevê saque de R\$ 30 bilhões – cerca de 70% do total.

“A divulgação será muito grande e a informação chegará a quem tipicamente não tem acesso. Além disso, esperamos incentivo à retirada do dinheiro também pelo momento de dificuldade que o País vive”, diz a economista. Historicamente, o saque das contas do FGTS tem adesão de cerca de 70% dos trabalhadores em situações previstas como aposentadoria e desemprego por mais de três anos. Mas, diante das condições citadas, o Santander prevê que o saque será próximo do valor integral.

Uma vez liberado, o dinheiro terá três destinos: consumo, pagamento de dívidas ou realocação para investimentos com melhor retorno. Os economistas do Santander dizem que é “praticamente impossível” projetar o uso preciso desses recursos diante do ineditismo da operação, mas citam que o consumo parece ter vantagem sobre as demais opções.

A casa assumiu “que os R\$ 41,4 bilhões serão tratados pelos trabalhadores como aumento temporário de renda”. Nesse caso, o banco projeta o efeito sobre a economia conforme o padrão histórico de reação dos consumidores quando há aumento de renda disponível. “Ainda que o impacto agregado possa ser modesto, a chegada inesperada de recursos usados para o consumo significa um estímulo bem-vindo para alguns segmentos específicos”, citam os analistas do banco espanhol.

Brasil lança candidatura de embaixador Graça Lima ao Órgão de Apelação da OMC

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo brasileiro anunciou a candidatura do embaixador José Alfredo Graça Lima ao Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC). A candidatura é para vaga a ser aberta em julho de 2017, informou nesta segunda-feira, 30, o Ministério das Relações Exteriores.

De acordo com a Pasta, o nome de Graça Lima será encaminhado formalmente à OMC assim que forem definidos os procedimentos e prazos formais para o processo. A expectativa é de que isso ocorra ao final de fevereiro.

Diplomada de carreira, Graça Lima é formado em Direito e tem experiência em temas ligados ao comércio internacional. Na missão do Brasil em Genebra, ele participou da Rodada Tóquio de negociações comerciais multilaterais e, como negociador brasileiro na Rodada Uruguai, participou da reformulação das regras multilaterais de comércio e da criação da própria OMC.

Graça Lima é também autor de artigos sobre política comercial, comércio internacional e economia brasileira. Segundo o Itamaraty, foi árbitro designado para compor painéis que analisam contenciosos e, na área econômica do ministério, ocupou os principais cargos da carreira. Foi diretor do Departamento Econômico e subsecretário-geral para Assuntos de Integração, Econômicos e Comércio Exterior. Nesta última posição, supervisionou a atuação brasileira na OMC, no Mercosul e em outras negociações de âmbito regional e bilateral. No exterior, foi representante permanente do Brasil junto à União Europeia.

“O Brasil considera que a seleção do Embaixador Graça Lima aportaria inestimável contribuição ao desempenho do Órgão de Apelação da OMC em virtude de sua comprovada experiência no direito da OMC e seu mecanismo de solução de controvérsias, e de sua visão e o conhecimento como negociador de textos legais do organismo”, defendeu o ministério, em nota.

Intenção de investimento em estoque no varejo recua 0,7% em janeiro, diz CNC

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os comerciantes de todo o País começaram o ano com estoques mais elevados, segundo um levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A intenção de investimentos em estoques recuou 0,7% em janeiro ante dezembro, de acordo com dados apurados na pesquisa de confiança do empresário do comércio. Na comparação com janeiro do ano passado, a queda foi de 1,7%.

O percentual de comerciantes que avaliam estar com os estoques acima do adequado ficou em 29,5% em janeiro deste ano.

O grupo de varejistas de produtos semiduráveis – que inclui lojas de vestuário, acessórios, calçados e tecidos – é o mais insatisfeito em relação a janeiro de 2016. O percentual de lojistas deste segmento que avaliam os estoques acima do adequado está em 25%, mas essa fatia saltou 10,6 pontos percentuais em um ano.

“O ramo de vestuário, calçados e acessórios é historicamente alavancado pelas vendas natalinas, chegando a aumentar o faturamento em até 90% na comparação com o mês anterior. Mas menores vendas no Natal passado frustraram os lojistas do segmento, que começaram 2017 com estoques maiores do que esperavam e, por

consequência, com menor intenção de investimentos em renovação de produtos”, avaliou a economista Izis Ferreira, da CNC, em nota oficial.

Os lojistas dos ramos de bens duráveis – lojas de eletroeletrônicos, móveis e decorações, entre outros – e não duráveis – supermercados, farmácias e cosméticos – ajustaram melhor seus estoques ao longo de 2016, segundo a Confederação. Mas ainda assim enfrentam dificuldades: 33,4% dos comerciantes de bens duráveis e 27,4% de não duráveis consideram seus estoques acima do desejável.

Abrapp apresentará norma para inscrição automática em março, em reunião do CNPC

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) apresentará na próxima reunião do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que ocorre em março, a mudança da adesão na previdência complementar para um modelo automático dos participantes. Nesse sistema, a adesão ocorre de forma automática e depois, se o participante quiser sair, tem essa possibilidade.

Segundo o presidente da Abrapp, Luís Ricardo Martins, a adesão automática se mostrou positiva em outros países e também obteve ótimos resultados na Funpresp. Essa foi a forma encontrada pelo governo para contornar o número baixo de participantes da Funpresp, que foi criada em 2013. Hoje, as pessoas acabam deixando a escolha para um outro momento e não aderindo à previdência complementar.

O presidente da Abrapp disse que o sistema precisa se remodelar para conseguir, por exemplo, atrair os jovens e até mesmo trabalhadores que são pessoas jurídicas (PJ). Hoje, lembrou, não há produtos específicos para esse público.

Papel importante

O sistema de previdência complementar pode ter um papel importante no momento de ajuste da economia brasileira e na esteira da reforma da Previdência Social, mas o setor necessita de ter regras igualitárias em relação à previdência aberta. A principal diferença está no modelo tributário. “É fundamental ter uma revisão tributária”, destacou Martins, em coletiva de imprensa.

A Abrapp propôs, no final do ano passado, uma reestruturação do sistema de previdência complementar. O modelo proposto pela entidade baseia-se em quatro pilares para os novos entrantes. Entre os itens obrigatórios estaria a repartição, com benefício contributivo por repartição para todas as classes trabalhadoras e capitalização – ou seja, benefício contributivo por capitalização com conta vinculada ao trabalhador.

Do lado facultativo, estaria o da previdência complementar coletiva, com capitalização coletiva com incentivos tributários para a formação de poupança de longo prazo e poupança individual, com capitalização individual, também incentivado pela poupança de longo prazo.

Apesar da necessidade dessa reforma, Martins frisa que a entidade entende a dificuldade do governo em fazer toda essa reestruturação nesse momento de ajuste fiscal. “Sabemos da dificuldade de uma reforma dessa envergadura nesse momento”, disse.

Desinvestimentos

Com os desinvestimentos dos fundos de pensão e sem fluxo de entrada de novos participantes, as reservas das fundações existentes hoje se esgotariam em 2034, disse Martins, citando estudo contratado pela entidade. “Precisamos trazer o jovem para a previdência complementar”, disse.

“Estamos pagando os R\$ 34 bilhões em benefícios, mas precisamos criar mais poupança de longo prazo para as novas gerações”, afirmou.

Martins afirmou que esse esgotamento das reservas traria severas consequências para diversos agentes de mercado e citou que a entidade já conversou com a BM&FBovespa e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Segundo ele, esse processo de fomento necessitará de um engajamento conjunto, incluindo o do governo. Martins disse que uma forma de fomentar o sistema seria, por exemplo, alíquota zero de imposto para os participantes que ficarem 30 anos acumulando recursos. “Esse investimento ajuda no crescimento do País”, afirmou. Esses pontos tributários, disse o executivo, serão apresentados oficialmente ao governo.

Rentabilidade

O rentabilidade acumulada da carteira consolidada dos fundos de pensão foi de 14,46% até novembro do ano passado, segundo dados divulgados nesta segunda pela Abrapp. Entre os ativos, a renda fixa dominou, com 71,6% da carteira, ante 70,7% em dezembro de 2015. Renda variável respondeu por 18,8% ao fim de novembro, ante 18,5% em dezembro do ano imediatamente anterior.

A carteira das fundações somou ao fim de novembro R\$ 754,5 bilhões, ante R\$ 684,9 bilhões em dezembro do ano imediatamente anterior.

Exportadores já pressionam temer por TPP

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após a desistência dos Estados Unidos da Parceria Transpacífico (TPP), o setor exportador brasileiro aumenta a pressão para que o governo aproveite a oportunidade e acelere negociações para tentar ocupar parte do espaço surgido após o passo atrás dos norte-americanos. Para exportadores, México, Japão e Canadá são alguns dos mercados com potencial a ser explorado imediatamente.

Com o lema “EUA em primeiro lugar”, o novo presidente Donald Trump tem anunciado medidas que confirmam as promessas heterodoxas que marcaram a campanha eleitoral. A perspectiva de um governo americano protecionista e contrário a acordos multilaterais agita setores exportadores, que já aumentam a pressão para que o governo acelere ações para ampliar o acesso a mercados. Esse pedido tem chegado com cada vez mais frequência às autoridades em Brasília.

Com a frustração das negociações para a TPP, exportadores concorrentes de outros países – como os de frango e suínos dos EUA ou café do Vietnã – não ganharão acesso facilitado aos mercados do grupo. Por isso, brasileiros acham que é preciso agir para ocupar esse espaço. “O governo precisa ir para cima e aproveitar a oportunidade. Esse é o caminho racional”, diz o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra.

A Parceria Transpacífico não era um acordo tradicional em que todos os países do grupo aceitam regras que valem para todos. Grosso modo, a TPP foi costurada como uma série de acordos bilaterais intragrupo. Assim, o impacto nas correntes de comércio não é linear, pois países negociaram condições distintas conforme o sócio.

Mesmo com essa especificidade, exportadores brasileiros são categóricos em defender que há várias oportunidades. Produtores de frangos e suínos, por exemplo, viam pouco espaço no México, que é grande e antigo importador dos EUA.

Café e milho

Percepção semelhante está entre os exportadores de café e milho. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café e o segundo em milho. Com o modelo antigo da TPP, grandes importadores como EUA, Japão e Canadá teriam acesso facilitado ao café do Vietnã e do Peru. No milho, os brasileiros perderiam espaço para grãos exportados por Peru, EUA e México.

“Mesmo que o Brasil não ganhe imediatamente nesses casos, a TPP passa a ser importante porque seus parâmetros poderão servir de base para o Brasil negociar futuramente com esses países”, diz a superintendente de relações internacionais da Confederação Nacional da Agricultura, Lígia Dutra. Há também oportunidades para a indústria, com casos mapeados nos setores de máquinas e equipamentos, que poderiam ganhar mercado no Canadá.

‘Otimismo cauteloso’ move governo brasileiro

O governo tem demonstrado “otimismo cauteloso” com eventuais oportunidades após o passo atrás dos EUA nas negociações para a Parceria Transpacífico. Com o aumento do espaço para acordos bilaterais e inter-regionais, a negociação entre Mercosul e União Europeia pode ser acelerada e autoridades brasileiras citam que o calendário pode até ser adiantado “em alguns meses”.

Há, ainda, iniciativas como a abertura de audiência pública para mapear eventual acordo com Japão e Coreia do Sul.

BC: quando for adotada proporcionalidade, haverá redução do custo de instituições

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

O diretor de Regulação do Banco Central, Otavio Damaso, afirmou nesta segunda-feira, 30, que a segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é uma medida de organização das instituições. “Quando adotarmos proporcionalidades, haverá redução do custo de observância das instituições”, acrescentou Damaso. “A regra de segmentação está 100% alinhada à recomendação internacional.”

Nesta segunda, o BC informou que o CMN aprovou na quinta-feira passada, dia 26, a resolução 4.553, que estabelece a divisão de bancos e demais instituições financeiras em cinco segmentos: S1, onde estarão os bancos cujo porte (exposição total) for igual ou superior a 10% do PIB, ou que sejam internacionalmente ativos; S2, composto por instituições de porte entre 1% e 10% do PIB, podendo conter instituição de porte superior a 10% do PIB se não for sujeita ao enquadramento no S1; S3, com instituições de porte entre 0,1% e 1% do PIB; S4, com instituições de porte inferior a 0,1% do PIB; e S5, com cooperativas de crédito e instituições não bancárias que tenham perfil de risco simplificado. Apenas o segmento S1 seguirá integralmente os padrões do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária.

“Vários países ou blocos adotam regras proporcionais”, afirmou Damaso, citando EUA, Canadá e Japão. Segundo ele, a União Europeia discute a questão neste momento. “A medida de hoje não altera regras, mas começa a segmentar o sistema financeiro. O objetivo da segmentação é organizar e padronizar processos prudenciais.”

De acordo com Damaso, a medida vai facilitar a previsibilidade das instituições financeiras e, ao mesmo tempo, reduzir exigências para instituições de porte menor, principalmente em relação às regras de Basileia 3.

Damaso afirmou que ainda nesta segunda o Banco Central publicará em seu site a lista das instituições financeiras conforme a segmentação. Além disso, esclareceu que a proposta de segmentação tem regras de transição para as instituições.

Assim, se uma instituição estiver em determinado nível e, por suas características, passar para um segmento inferior, ela ainda adotará as regras prudenciais previstas no patamar anterior, por algum tempo.

FGV: desaceleração generalizada no IPA e IPC deve aliviar IGP-M em fevereiro

31/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

Apesar do avanço do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) de dezembro para janeiro (0,54% para 0,64%), o economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) André Braz considerou que o aumento na margem foi menor do que o previsto. Além disso, Braz afirmou que as pressões devem diminuir tanto no atacado quanto no varejo em fevereiro, permitindo uma desaceleração no índice no próximo mês.

Essa previsão é baseada na expectativa de que o minério de ferro continue desacelerando mais, embora ainda esteja em patamar alto (17,53% para 13,08% em janeiro), aliviando os produtos industriais no atacado, que se elevaram de 1,52% para 1,73% na leitura deste mês. Outra contribuição baixista para o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) deve vir dos combustíveis, uma das principais influências de alta em janeiro, uma vez que a Petrobras anunciou recuo nos preços da gasolina e do diesel nas refinarias na semana passada.

“Para fevereiro, está garantido que o diesel, que tem peso grande no IPA (2,7%), vai reverter seu papel e contribuir para o alívio na inflação”, disse.

Além disso, as pressões sazonais no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) estão muito brandas neste ano, segundo Braz, o que contribuiu para segurar o IGP-M em janeiro e deve dar mais alívio em fevereiro.

Por exemplo, o economista citou a ausência de reajustes de ônibus urbano nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, que têm maior peso no índice, além de uma inflação mais comportada do grupo Alimentação (0,70%, de 0,21%) do que é normalmente observado no período.

Por outro lado, os reajustes escolares impediram que o IGP-M de janeiro apresentasse resultado ainda mais tímido, assim como a elevação de combustíveis no IPA.

Para fevereiro, o impacto dos aumentos dos cursos educacionais vai ser bem menor, pois só vai restar 1/3 dos aumentos, conforme Braz. Além disso, o ritmo de elevação dos preços dos alimentos também deve ser menor, porque o pico da sazonalidade desfavorável por conta do clima acontece em janeiro.

Outro alívio esperado para o IPC do próximo mês é em Habitação, que foi o maior destaque de alta da inflação doméstica neste mês. Braz explicou que a redução das quedas em energia elétrica foi provocada pelo fim do efeito da mudança para bandeira verde em dezembro, o que não deve mais trazer impacto em fevereiro.

A gasolina nas bombas, no entanto, deve seguir em alta, em parte porque a queda no preço na refinaria não deve chegar aos postos e também porque o etanol deve continuar pressionado pelo deslocamento da produção de cana para o açúcar.

Alimentos

Itens de destaque entre as maiores pressões inflacionárias no ano passado, os alimentos devem ter trajetória relevante de desaceleração neste ano e ter grande participação na condução da inflação para o centro da meta de 4,5%, avaliou André Braz.

Segundo Braz, as promessas de clima favorável este ano e, por consequência, de boas safras deve permitir que os preços dos alimentos sigam comportados. O IGP-M deste mês já mostrou isso: a pressão sazonal no grupo foi bem tímida para o período (0,70%, de 0,21%). O economista só pondera que os alimentos são bem voláteis e podem mudar o comportamento ao longo do ano.

Os preços livres também devem contribuir para convergência para meta neste ano devido aos reflexos da recessão, explicou Braz. Por outro lado, os preços monitorados devem ser grande fonte de pressão, principalmente por conta dos reajustes nas contas de luz e da expectativa de aumentos na gasolina em consequência da esperada desvalorização cambial.

Os aumentos nas tarifas de energia elétrica, segundo Braz, podem chegar a 9% devido a uma dívida de R\$ 65 bilhões que a União tem com as empresas transmissoras e que deve ser repassada para a conta do consumidor, conforme antecipado em reportagem do Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Já a gasolina deve ter um reajuste, em seus cálculos, de 3% a 4% este ano por pressão do câmbio, que agora está no patamar de R\$ 3,15 e, conforme previsões, deve terminar o ano em R\$ 3,40.

Mas Braz avaliou que o alívio esperado no grupo Alimentação deve ser suficiente para compensar a alta esperada nos administrados, permitindo a convergência da inflação para 4,5%. "Minha projeção atual é só um pouco acima, de 4,7%", completou.

A continuidade do processo desinflacionário abre espaço, segundo o economista, para o Banco Central promover mais um corte de 0,75% na Selic no Copom de fevereiro e pode permitir que a taxa básica de juros termine o ano em um dígito.

Criação de empresas desacelera no fim de 2016

31/01/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A criação de empresas desacelerou nos últimos meses, aponta a Serasa Experian. Na comparação de novembro com outubro de 2016, o último dado compilado, houve diminuição de 4,4%.

A mudança de ritmo acompanhou uma melhora relativa dos empregos formais, segundo Luiz Rabi, economista do birô de crédito.

Nos últimos anos, a maioria das novas empresas foram criadas por profissionais que perderam suas vagas e tornaram-se empreendedores,

Entre maio de 2015 até o meio do ano passado, houve um crescimento acentuado de novos MEIs (microempreendedores individuais).

A porcentagem da categoria no total de empresas nascentes chegou ao auge: 79%. A divisão por setores da economia também tem um recorde: serviços são 63% dos empreendimentos.

"De setembro para cá, o número de novos CNPJs começou a enfraquecer, o que coincidiu com resultados menos ruins do mercado formal de trabalho. O ritmo de perda de vagas caiu de 200 mil para 100 mil por mês."

No acumulado até novembro de 2016 há estabilidade: foi um crescimento de 0,2% em relação ao ano retrasado.

No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a criação de novas empresas caiu em 2016, na comparação com 2015.

A previsão da Serasa é que, em 2017, o número de novas empresas seja menor que no ano passado, diz Rabi. "Vai haver um equilíbrio de demissões e admissões e as aberturas serão menores."

Volkswagen desbanca Toyota e vira líder mundial na venda de veículos

31/01/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Trabalhador instala logotipo da Volkswagen em Zwickau, na Alemanha
A Volkswagen tirou da Toyota o título de maior montadora mundial de automóveis, em 2016, superando os danos sofridos por sua marca com o escândalo de emissões de seus motores diesel.

O grupo automobilístico japonês, que também inclui as subsidiárias Daihatsu e Hino, anunciou nesta segunda-feira (30) que suas vendas mundiais subiram 0,2%, para 10,2 milhões de veículos em 2016.

Elas ficaram abaixo dos 10,3 milhões de veículos vendidos pela Volkswagen e as demais marcas do grupo –Audi, Porsche, Škoda e Bentley.

O final do reino de quatro anos da Toyota no topo do mercado veio em um momento no qual ela enfrenta novos desafios nos Estados Unidos, onde o presidente Donald Trump criticou a indústria automobilística japonesa, e especialmente a Toyota, por seu investimento no México.

A empresa respondeu com uma promessa de investir US\$ 10 bilhões nos Estados Unidos nos próximos cinco anos e anunciou na semana passada a criação de 400 empregos em sua fábrica em Princeton, Indiana.

A Toyota, que fabrica também a marca Lexus, superou a General Motors em 2008 e se tornou a maior montadora mundial de carros. Em 2011, ela perdeu o título por breve período, por causa do terremoto em Tohoku e do tsunami que se abateu sobre o Japão, mas retomou o posto no ano seguinte.

ESCÂNDALO

As tentativas da Volkswagen superar a Toyota foram prejudicadas pelo escândalo de emissões, revelado em setembro de 2015.

Até 11 milhões de veículos vendidos pela empresa em todo o mundo estavam equipados de "dispositivos manipuladores" para reduzir as emissões de óxido de nitrogênio durante testes de laboratório.

Mas a empresa continuou a se sair bem na China, onde suas vendas subiram em 12%, para quase 4 milhões de veículos, no ano passado.

Os analistas dizem que as vendas nos dois maiores mercados mundiais de automóveis –Estados Unidos e China– continuarão a ter papel crítico no esforço da Volkswagen para manter a vantagem sobre a Toyota em 2017.

Com as vendas de carros nos Estados Unidos aparentemente se aproximando de um pico, a Toyota deve ter de enfrentar uma desaceleração mais ampla na demanda por veículos, além da pressão do presidente dos Estados Unidos por mais investimento e mais produção no país.

A montadora japonesa disse que antecipa que suas vendas mundiais repitam os 10,2 milhões de unidades de 2016, neste ano, já que o objetivo da empresa é lucro firme e não uma expansão acelerada de vendas.

"A questão é se a Toyota conseguirá manter as vendas na China, com o crescimento lá em declínio e se conseguirá mantê-las nos Estados Unidos, onde o mercado está chegando ao pico", disse Masahiro Akita, analista do Credit Suisse.

A Volkswagen também tem desafios a enfrentar, com a expectativa de desaceleração de vendas na China depois que os consumidores correram a comprar carros no final do ano passado, antes que os benefícios fiscais concedidos na compra de carros pequenos expirassem.

As autoridades chinesas, no entanto, decidiram manter os benefícios em 2017. Mas analistas dizem que a Volkswagen e outras montadoras dificilmente conseguirão repetir os fortes resultados do ano passado na China.

Desemprego sobe para 12% e 2016 termina com 12,3 mi de desocupados

31/01/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A taxa de desemprego no Brasil subiu para 12% no trimestre encerrado em dezembro, divulgou o IBGE na manhã desta terça-feira (31).

O dado veio acima do centro de expectativas de economistas consultados pela agência internacional Bloomberg, que esperavam desemprego de 11,9%.

A taxa é a mais elevada já registrada da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O número de desocupados foi de 12,3 milhões no trimestre encerrado em dezembro, recorde também.

No quatro trimestre móvel de 2015, a taxa era de 9%. Em um ano, o número de desocupados cresceu em 3,3 milhões, aumento de 36% em relação ao mesmo período de 2015.

O IBGE considera que houve estabilidade no desemprego em relação aos três meses encerrados em setembro, quando a taxa foi de 11,8%. Houve aumento de 300 mil pessoas no número de desocupados no período.

O rendimento médio dos trabalhadores ficou estável nos três meses encerrados em dezembro, em R\$ 2.043. De julho a setembro, o número foi de R\$ 2.026. No quarto trimestre móvel de 2015, o valor tinha sido de R\$ 2.033.

Os dados são da Pnad Contínua, pesquisa divulgada mensalmente, mas cuja coleta de informações é feita em bases trimestrais. Para poder comparar a passagem de um

trimestre para o outro, o IBGE considera o trimestre fechado, sem sobreposições de meses. O trimestre imediatamente anterior ao encerrado em dezembro, portanto, é o que termina em setembro.

FORMALIZAÇÃO

No ano, houve queda de 3,9% no número de postos de trabalho com carteira assinada. Isso significa que menos 1,4 milhão de pessoas deixaram o mercado formal. O país encerrou dezembro com 34 milhões de empregados com carteira.

A população ocupada, que é a que de fato está trabalhando, cresceu 0,5% em relação ao trimestre encerrado em setembro, para 90,3 milhões de pessoas. Em um ano, houve queda de 2,1%, ou 2 milhões de pessoas a menos.

Crescimento em fios e cabos deve vir de pequenos provedores neste ano

31/01/2017 – Fonte: GS Notícias



Com a queda significativa dos investimentos de grandes operadoras, a indústria de fios e cabos terá no segmento de pequenos provedores de Internet - os chamados ISPs - o maior impulso para expansão da receita neste ano.

Apesar do faturamento desse mercado ainda ser pequeno em relação ao de gigantes da telefonia, as maiores fabricantes de fios e cabos do mundo veem grande potencial de demanda no País.

"Mesmo diante da crise econômica, os ISPs vão continuar crescendo acima da média", afirma o vice-presidente de engenharia da Furukawa, Hélio Durigan.

O mercado brasileiro possui aproximadamente 6 mil pequenos provedores de Internet, que levam o serviço principalmente a regiões mais remotas do País. "Os ISPs estão crescendo e investindo. O potencial desse negócio é grande", diz o diretor da Prysmian, João Carro.

A Nexans também tem se preparado para atender à demanda em telecom. "O segmento de redes de dados, com foco em data centers, é uma das nossas grandes apostas para os próximos dois anos", declara a gerente de marketing da Nexans do Brasil, Melina König.

No entanto, segundo Durigan, o problema de crédito ainda impede um crescimento mais forte dos ISPs. "O BNDES é o principal financiador do segmento, mas muitas empresas do ramo não conseguem se habilitar para obter linhas de crédito do banco", aponta.

Os fabricantes ainda demonstram preocupação com o cenário político. "Diversos fatores inibem o investimento no Brasil, inclusive a questão política", pondera Durigan.

Segundo estimativa da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o segmento de infraestrutura para telecomunicações apresentou retração de 15% em 2016, resultado da queda dos investimentos de operadoras de telefonia. "Este é um mercado muito ligado ao cenário político", analisa o executivo.

Para a executiva da Nexans, este ainda será um ano de ajustes. "A recessão penalizou muito a indústria e os negócios que para nós são prioritários, como construção, energia, telecom e dados", avalia.

Na visão dos executivos, as grandes operadoras de telecom estão segurando os investimentos. Durigan explica que, enquanto não houver uma definição das regras do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), dificilmente as empresas vão realizar grandes desembolsos. "Ninguém sabe ao certo qual será a regulamentação do PNBL e isso dificulta os aportes."

Contudo, Melina se diz otimista com a possibilidade de aprovação do projeto de lei que transforma as concessões de telefonia fixa em autorizações, com a contrapartida de aportes em banda larga fixa e móvel em áreas não atendidas.

"Nesse setor, a Nexans investe em instalações subterrâneas, que deverão crescer nos próximos dois anos." Ela acrescenta que a empresa também investe em cabeamento subaquático e transoceânico.

"Estas tecnologias exigem conhecimento e expertise de alto valor agregado. Por isso, acreditamos que o segmento de telecom nos dará fôlego para mantermos os investimentos nos próximos anos", diz.

Mercado de energia

Além de telecomunicações, o mercado de transmissão de energia ainda gera boa parte da receita dos fabricantes de fios e cabos. Mas desde 2014, a demanda vem caindo.

"No ano passado, esperávamos um crescimento que não ocorreu", diz o diretor da Prysmian.

Carro acredita que falta um ambiente atraente para leilões de transmissão. "No médio prazo, a demanda deve ser significativa. Mas neste ano o crescimento ainda deve ser tímido em cabos para transmissão de energia." A Prysmian projeta expansão de um dígito para o segmento em 2017.

Já a Furukawa prevê aumento de 6% e 7% do faturamento total da empresa neste ano. "Ainda existem muitas incertezas no negócio de transmissão de energia", comenta Durigan.

Melina, da Nexans, aposta na recuperação gradual da economia brasileira. "Estamos direcionando esforços na melhoria da capacidade produtiva e no realinhamento dos custos, com foco principalmente em 2018", destaca.

Siemens PLM dribla a crise e cresce com Indústria 4.0

31/01/2017 – Fonte: Automotive Business



Enquanto muitos negócios encolhem no setor automotivo, a Siemens PLM espera crescer com o impulso de uma das poucas áreas que parece estar em expansão, a Indústria 4.0 ou Internet Industrial.

Automação, implementação de Internet das Coisas e de armazenamento de dados em nuvem nas fábricas de veículos seguem em alta mesmo na crise, aponta Paulo Costa,

diretor de operações da companhia para a região. "Somos pioneiros no assunto e percebemos que o interesse está aumentando muito", conta o executivo.

Ele conta que a empresa começou a oferecer soluções de Indústria 4.0 no Brasil há cerca de quatro anos. Naquela época, diz, vender localmente tecnologias que têm custo alto era um desafio bem maior do que atualmente.

"Nós basicamente organizamos todos os dados e o conhecimento da empresa, com aplicações desde o desenvolvimento até o produto ir para o mercado", conta. Segundo ele, as soluções podem ser implementadas em diferentes níveis e proporções e se pagam com o aumento de produtividade que os clientes ganham ao longo do tempo.

Das receitas da companhia, 35% vêm do setor automotivo. A maior parte da demanda pelos produtos da Siemens PLM está nas montadoras e nas empresas de autopeças dos primeiros níveis de fornecimento.

O mercado de veículos encolheu importantes 20,2% em 2016, mas Costa aponta que a empresa não sentiu o baque. "Nossos negócios no segmento cresceram 7% na América do Sul", esclarecendo que o número seria maior se não fosse uma venda grande que a Siemens PLM fez em 2015, algo que deixou a base de comparação muito elevada.

A ambição é ainda maior para este ano: avançar mais 15% no setor automotivo. O executivo avalia o maior incentivo para a expansão deve vir dos setores de máquinas e equipamentos. Entre as fabricantes de automóveis, ele diz que é sempre mais simples implementar a Indústria 4.0 em fábricas novas.

Depois das recentes inaugurações de plantas fabris, no entanto, ele espera avançar em unidades já consolidadas. "Há oportunidades em várias etapas, não apenas na manufatura. As empresas podem implementar soluções de engenharia e desenvolvimento, por exemplo."

Foton começa a vender caminhões feitos no Brasil em março

31/01/2017 – Fonte: Automotive Business



A Foton planeja para março o início das vendas de seus primeiros caminhões feitos no Brasil, que estão sendo montados na fábrica da Agrale em Caxias do Sul (RS) a partir de um acordo entre as duas montadoras anunciado no ano passado (leia [aqui](#)). Em comunicado divulgado na segunda-feira, 30, a empresa reforça que segue com a montagem dos veículos na fábrica da Agrale até a conclusão de sua própria fábrica que deve funcionar na cidade de Guaíba (RS).

A Foton Caminhões, importadora oficial e representante da Foton Motor Group da China, pretende com o início das vendas do modelo nacional lançar a linha MiniTruck, com os modelos 3.5 12DT, 3.5 14ST e 3.5 14DT, além do 10 – 16, que segundo a empresa, já atende os requisitos exigidos pelo BNDES para financiamento via Finame.

"Temos mais de 40 fornecedores nacionais que já estão nos atendendo. Estamos recebendo peças, aprovadas por nossa engenharia, desde o final do ano passado", afirma o diretor de engenharia e desenvolvimento da Foton Caminhões, Leandro Gedanken.

O CEO da empresa, Luiz Carlos Mendonça de Barros, aponta para um início de um cenário melhor em 2017: "Todos os sinais econômicos apontam para uma recuperação no setor, ainda que lenta, porém consistente e contínua. Por isso queremos ter nosso produto nacional já no início deste ano", afirma em nota.

GM e Honda investirão US\$ 85 milhões para produzir célula de combustível

31/01/2017 – Fonte: Automotive Business



A General Motors e a Honda anunciaram na segunda-feira, 30, a criação da primeira joint venture entre montadoras para a produção de célula de combustível a hidrogênio que serão utilizadas em futuros veículos de ambas as marcas. As empresas estão investindo o total de US\$ 85 milhões na empresa denominada Fuel Cell System Manufacturing LLC, cuja fábrica será situada dentro do complexo industrial da GM em Brownstown, no Michigan (Estados Unidos) e com início da produção previsto para 2020. A nova unidade deve gerar cerca de cem novos postos de trabalho.

A joint venture será operada por um conselho de administração composto por três executivos de cada empresa que incluirá um presidente em sistema rotativo.

O anúncio faz parte de um acordo firmado inicialmente em 2013 que estabeleceu o co-desenvolvimento para um sistema de célula de combustível com tecnologias de armazenamento de hidrogênio. Desde então, as montadoras integraram suas equipes de engenharia para compartilharem o projeto.

"Nos últimos três anos, engenheiros da Honda e da GM têm trabalhado como uma equipe, com cada empresa fornecendo know-how a partir de sua experiência única para criar a próxima geração de um sistema de células de combustível compacto e de baixo custo", disse, diretor de operações e presidente da Honda para a América do Norte, Toshiaki Mikoshiba. "Este trabalho em equipe agora nos levará ao estágio de produção conjunta em massa de um sistema de células de combustível que ajudará cada empresa a criar novo valor para os nossos clientes a partir de seus veículos no futuro".

De acordo com o Clean Energy Patent Growth Index, a Honda lidera com o primeiro lugar no ranking em tecnologia de células de combustível: junto com a GM, terceira da lista, há mais de 2,2 mil patentes arquivadas entre 2002 e 2015.

"A implantação desta tecnologia nos veículos de passageiros criará opções de transporte mais diferenciadas e ambientalmente amigáveis para os consumidores", disse o vice-presidente executivo de desenvolvimento global de produtos, compras e cadeia de fornecedores da GM, Mark Reuss.

Atualmente, o projeto está em fase de redução de custo de desenvolvimento e produção a partir de economias de escala e fornecedores comuns. As empresas também estão em contato com governos e outras instituições para avançar na questão da infraestrutura de abastecimento. Em termos de produto, a Honda lançou em dezembro o modelo Clarity Fuel Cell, movido a célula de combustível. O carro foi apresentado no segundo trimestre de 2016 no Japão.

Crédito para veículos: concessões chegaram a R\$ 7,2 bi em dezembro

31/01/2017 – Fonte: Automotive Business



A concessão de R\$ 7,22 bilhões em crédito para a aquisição de veículos somente em dezembro marcou o último mês como o melhor do ano em liberação de recursos para este fim, revela o relatório com o balanço do sistema nacional de crédito divulgado pelo Banco Central. Pela primeira vez em 12 meses, o valor mensal alcançou a casa dos R\$ 7 bilhões, recorde para o ano, superando em 13,3% o volume de agosto, até então o melhor mês em concessões de 2016, quando o sistema havia liberado R\$ 6,37 bilhões. O resultado de dezembro também ficou 9% acima do registrado em novembro.

Apesar disso, o saldo das carteiras de veículos ficou estável em R\$ 143,5 bilhões, um dos menores valores do ano.

A taxa média de juros praticada pelas instituições no último mês de 2016 ficou em 25,7% (ao ano), a menor registrada em todo o ano passado e desde setembro de 2015, quando o índice era de 25,6% a.a.

Em janeiro de 2016, a taxa começou em 27,5% a.a. e caiu gradualmente mês a mês até dezembro, resultando em uma queda de 1,8 ponto porcentual entre o início e o fim do ano. A tendência é que a taxa continue caindo com a sinalização da aceleração do ritmo de corte do juro básico (Selic) decidida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do próprio Banco Central ao longo deste ano.

Já a inadimplência, que considera os atrasos nos pagamentos acima de 90 dias, embora tenha fechado o ano com pequena queda de 0,1% na passagem de novembro para dezembro, chegando a 4,6%, revela um ritmo muito mais lento de queda: desde setembro de 2015, o índice atingiu a casa dos 4% pela primeira vez em dois anos, chegando ao pico de 4,7% em abril do ano passado, cujas oscilações não passaram de 0,2 ponto porcentual ao longo de 2016.

Consórcio Honda cresce 42% em automóveis

31/01/2017 – Fonte: Automotive Business



Depois do recorde de venda de novas cotas para automóveis em 2015, o Consórcio Honda superou a estimativa prevista para 2016 e encerrou o ano com crescimento de 42%. Em relação às entregas de veículos zero-quilômetro, o utilitário esportivo HR-V foi o destaque da modalidade, com 51% do volume total no período, seguido do Fit, com 19%.

A divisão de consórcios da montadora planeja para 2017 nova alta de 30%. Segundo a Honda, o crescimento da participação nos consórcios reflete uma mudança de

comportamento estimulada pelo cenário econômico atual. "O consórcio aparece como alternativa segura, pois oferece a vantagem de parcelas que cabem no orçamento, sem os juros mais altos comuns no financiamento", explica o presidente da Honda Serviços Financeiros, Ricardo Tomoyose.

Por atuar no segmento de motos a Honda tem a maior administradora de consórcios e reformulou seu modelo de negócio na rede de automóveis. Atualmente há 1,8 milhão de clientes ativos em sua carteira na soma de carros e motocicletas.

Na crise, rodada de negócio é chance de buscar novas oportunidades

31/01/2017 – Fonte: Automotive Business



A comunicação digital está mais do que consolidada no mundo dos negócios: e-mails, mensagens instantâneas e redes sociais ajudam fornecedores e clientes a permanecerem em contato.

Talvez por isso o encontro ao vivo ganhou até mais importância nos últimos anos: são raras as oportunidades de conversar pessoalmente.

Os eventos presenciais não perderam a força nem mesmo com a evolução do contato online. Prova disso é o Fórum da Indústria Automobilística, evento promovido anualmente por Automotive Business que traz conteúdo em palestras e debates e promove o networking em rodada de negócio.

Em 2016, em plena crise, o encontro atraiu 720 profissionais do setor automotivo – a maior parte destas pessoas de cargos de gerência e diretoria de montadoras e fabricantes de autopeças.

Elas tiveram a chance de buscar oportunidades na rodada de negócios realizada no evento, que reuniu parte da equipe de compras das principais montadoras de veículos instaladas no Brasil. No encontro, estes times receberam empresas interessadas em apresentar seus produtos e trocar cartões.

Diante do retorno positivo dos participantes, o plano para 2017 é ampliar e fortalecer a rodada de negócio. Para o VIII Fórum da Indústria Automobilística deste ano, já estão confirmadas 22 montadoras, como Volkswagen, FCA e MAN.

A maior novidade fica é a participação das maiores sistemistas, que estarão lá acessíveis aos fornecedores interessados. Por enquanto 10 empresas confirmaram presença, entre elas Bosch, Continental e Cummins.

Com a rodada de negócios ampliada, o VIII Fórum da Indústria Automobilística fortalece sua posição como principal evento do setor com foco em oferecer conteúdo e promover relacionamento e negócios.

O encontro acontece em 17 de abril em São Paulo. Para conferir a programação completa e se inscrever é só clicar [aqui](#).

New Holland tem novo VP para a América Latina

31/01/2017 – Fonte: Automotive Business



A **New Holland** tem um novo vice-presidente para a **América Latina**. Rafael Miotto assume o cargo de Alessandro Maritano, que estava nessa função desde julho de 2012 e retorna à Europa, onde assumirá a vice-presidência para Europa, África e Oriente Médio.

Miotto está na CNH Industrial desde 2004. Atuou no segmento agrícola nas áreas de suporte ao produto, serviços, vendas e marketing, com atividades em todos os países da América Latina.

Antes do novo cargo ele foi diretor de portfólio de produtos e serviços comerciais para os segmentos agrícola, de construção e veículos comerciais. Miotto é paranaense. Formou-se em Engenharia Mecânica e de Armamento pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), com MBA em Desenvolvimento de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fábrica da Nissan em Resende inaugura novo espaço de treinamento em segurança

31/01/2017 – Fonte: CIMM

Inauguração do Centro de Treinamento de Segurança reforça os conceitos de segurança e saúde entre os funcionários e conta com a presença de executivos mundiais da marca.

A Nissan inaugurou o seu novo Dojo de Segurança, um espaço dedicado à preparação e treinamento dos funcionários e prestadores de serviços nos conceitos de segurança e saúde ocupacional.

O "Dojo de Segurança", que em japonês é a palavra para definir o local onde os praticantes de artes marciais realizam seus treinamentos para melhorar suas performances, foi apresentado oficialmente durante a visita de executivos mundiais da companhia, e inaugurado pelo vice-presidente executivo mundial de Manufatura e Logística da Nissan Motor Co., Ltd., Fumiaki Matsumoto, pelo vice-presidente de Operações de Manufatura da América Latina, Hitoshi Mano, e pelo presidente da Nissan do Brasil, François Dossa.

"Desde o início das operações o complexo de Resende vem melhorando a sua performance nos indicadores de Segurança. Agora, esta fábrica já figura entre as mais seguras da Nissan no mundo, devido ao comprometimento das pessoas e ao investimento da companhia", explica Mano.

Assim, o complexo industrial que já tinha uma área específica para treinamento e já superou 600 dias sem acidentes com afastamento, conta com uma nova estrutura, mais completa e confortável, para aprender e revisar todas as regras de Segurança da empresa.

A equipe segue a metodologia japonesa de melhoria contínua e já incorporou esse comportamento como parte da sua cultura, focado nas métricas e resultados de segurança.

Alguns dos equipamentos do Dojô foram desenvolvidos pelas equipes da própria fábrica, utilizando materiais obsoletos e reaproveitando insumos gerados na linha de produção. "Nosso foco de trabalho para este ano é o comportamento seguro. A falta de atenção ou a negligência são ainda as maiores causas de acidentes. No Dojo os funcionários verão diversas situações que irão prepará-los para a rotina da fábrica", comenta Ivana Ribeiro, gerente de Saúde e Segurança da Nissan do Brasil.

Veja alguns destaques do Dojo:

- No espaço "altura e espaço confinado" há uma estrutura de 2 m de altura e 2,52 m² de área para simular as situações reais. Os funcionários podem subir as escadas, treinando o uso do cinto de segurança para trabalho em altura, e descer por uma portinhola, saindo de um espaço confinado. O equipamento foi todo construído internamente pelas equipes da fábrica.
- Com o equipamento EARfit, no espaço "regras gerais de segurança", é possível identificar se o protetor auricular está sendo colocado corretamente nos ouvidos e, por meio do computador, receber um relatório com informações sobre o teste e o nível de ruído em decibéis.
- A área de "Log Out e Tag Out" simula o bloqueio de equipamentos elétricos e pneumáticos antes da intervenção para a manutenção. A estrutura conta com um circuito elétrico que deve ser interrompido pelo operador antes de qualquer manuseio, evitando assim os acidentes. Ao término da atividade, o equipamento pode ser religado com segurança.

Novo Refis deve privilegiar empresas com prejuízos fiscais acumulados

31/01/2017 – Fonte: Portal Contábil

O Programa de Regularização Tributária (PRT), ou novo Refis, deve privilegiar empresas com prejuízos fiscais próprios. Os objetivos foram justificados pela necessidade de aumento na arrecadação tributária.

"Este Programa, a nosso ver, foi criado sob encomenda de 'poucas e boas' empresas que possuem prejuízos fiscais acumulados astronômicos, a exemplo das empresas de telefonia, combustíveis e setor automobilístico, por exemplo", afirma o sócio do escritório BPH Advogados, de Blumenau/SC, Marco Aurélio Poffo. A Medida Provisória (MP) que institui o PRT foi publicada no Diário Oficial da União dia 5 de janeiro.

O novo Refis pode arrecadar, pelo menos, R\$ 10 bilhões aos cofres da União. Com foco nas companhias que tiveram prejuízos acumulados fortes, ele permite que o prejuízo seja transformado em crédito e seja abatido até 80% das dívidas tributárias. A expectativa é possibilitar que as pessoas físicas e jurídicas enfrentem a crise econômica no País, contribuindo para a geração de renda e empregos e arrecadação de tributos.

Programa

O PRT tem como finalidade prevenir e reduzir processos administrativos ou judiciais relacionados a créditos tributários e regularizar dívidas tributárias e não-tributárias, parceladas ou com a exigibilidade suspensa. A regulamentação da MP que institui o Programa será realizada em até 30 dias a partir da data oficial da publicação.

"Obviamente que a possibilidade de utilização de Prejuízos Fiscais acumulados para abater o valor do principal, multa e juros, ajudará algumas empresas menores.

Contudo, se o novo Refis realmente tivesse sido criado para beneficiar todas as companhias em pé de igualdade, já teria embutido a possibilidade de redução imediata das multas e juros desde o início, o que infelizmente não ocorreu”, observa Poffo.

Com o intuito de solucionar o problema, o PRT visa atuar no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) liquidando dívidas que venceram até o dia 30 de novembro de 2016, mediante o pagamento em espécie e à vista de no mínimo 20% do valor total do débito ou de 24% da dívida em 24 prestações. O valor remanescente poderá ser liquidado com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) .

Os débitos também poderão ser liquidados mediante o pagamento mínimo de 20% da dívida em espécie e à vista, sendo o restante em 96 parcelas.

O contribuinte que deixar de pagar qualquer tributo após a adesão, será excluído automaticamente da renegociação.

A MP estabeleceu, ainda, que será excluído do Programa quem deixar de pagar três prestações consecutivas ou seis alternadas.

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, informou que a regulamentação do parcelamento especial de contribuintes com a União sairá em 1º de fevereiro, quando começará o prazo de 120 dias para os contribuintes aderirem ao Programa.

A redução de Multa e Juros

Até o momento não há notícia da redução de multa e juros, como ocorreu em todos os outros parcelamentos especiais anteriores.

Inúmeras entidades de classe já solicitaram ao Congresso modificações no Programa para permitir a redução dos encargos, mas como o Congresso encontra-se em recesso, os pleitos serão analisados somente a partir de fevereiro.

'Pensamento enxuto é questão de sobrevivência às empresas', diz especialista

31/01/2017 – Fonte: Portal Contábil

Em um mundo cada vez mais competitivo e que exige fazer mais com menos, a mudança de cultura para o pensamento enxuto é uma questão de sobrevivência das empresas. “Devem desaparecer do mercado as que não investirem na educação e treinamento de seu pessoal gerencial e operacional para enxergar o todo e principalmente os desperdícios.”



Marcio de Amorim – Especialista Lean

A afirmação acima parece extremamente categórica, mas quem a faz sabe do que está falando. Foram 27 anos atuando como especialista de garantia de qualidade da Embraco, fabricante mundial de compressores herméticos para refrigeração. Atualmente, Marcio Aurélio de Amorim, 49, presta consultoria à Plasticoville, em Joinville; Altenburg, em Blumenau; e Freitas Inteligência Aduaneira, em Itajaí.

O nome da técnica que aplica nas organizações pode até ser incomum, mas o **Lean Office** é hoje um dos recursos mais procurados quando o assunto é enxugar para crescer. "Trata-se de uma filosofia que visa à redução de desperdícios por meio de uma mudança de cultura e aprendizado de como enxergar ou reconhecer os desperdícios nos ambientes de trabalho administrativos. Está fundamentado na aplicação de princípios e ferramentas oriundos do **Lean Manufacturing**", explica.

Amorim é formado em Técnico Mecânico pela Escola Técnica Tupy de Joinville, graduado em Ciências Econômicas voltada ao Empreendedorismo pela Univille e pós-graduado em Gestão de Operação de Logística pelo INPG. Também possui certificação no curso de Coordenadores **LEAN** Grupo Whirlpool Incompany e Green Belt "Six Sigma" pela FDG.

Sobre o **Lean Manufacturing**, diz significar produção enxuta, e teve origem na empresa Toyota, no Japão, pós-segunda Guerra Mundial. "A premissa era aumentar a eficiência da produção pela eliminação consistente e completa do desperdício. Suas principais ferramentas aplicadas são as de Mapeamento de Fluxo de Valor, 5S, Desenho de Célula, Trabalho Padronizado, Manutenção Planejada Total, Troca Rápida de Ferramenta, Just in Time e Kaizen", ressalta.

Ele reforça que são sete os desperdícios que se deve aprender a enxergar: correção do trabalho já realizado; esperas por pessoas, informações ou coisas; movimentação excessiva; transporte inadequado; processamento inadequado; produzir a mais que a necessidade do cliente.

O especialista acrescenta dois mais à lista: o erro de não ouvir ou não dar atenção às sugestões das pessoas e o nono desperdício que é o tributário.

Segundo Amorim, as empresas que adotam esta filosofia ganham fatias do mercado deixadas por companhias que não conseguem ser competitivas. Em razão do cenário econômico atual, as organizações têm dificuldade em reajustar preços. Com isso, a alternativa é reduzir custos e despesas operacionais. "É necessário, porém, saber onde estes custos e despesas podem ser reduzidos para não impactar na qualidade e entrega", complementa.

Amorim reforça que as empresas que aplicam a filosofia obtêm resultados significativos. "Sabemos de resultados com aumento de 37% na produtividade, além de redução de estoques em processo em torno de 60%. Também apuramos companhias que conseguiram reduzir a movimentação em torno de 50%, bem como outros que diminuíram reclamações dos clientes em cerca de 60%", disse.

Ele reforça, porém, que este trabalho é dirigido à diretoria e gerência. "Eles devem estar à frente, para que toda a companhia se enquadre no processo", frisou.

CASO PRÁTICO

Uma avaliação prática no setor de exportação de uma companhia, cuja dificuldade estava no arquivo de documentos que, por se tratar de responsabilidade de cada funcionário local, se acumulava nas mesas sem que houvesse a catalogação requerida, podendo gerar multas e outros empecilhos à organização, foi solucionada com uma ideia bastante simples.

"Implementamos uma caixa, com marcação verde, amarelo e vermelho onde todos os processos finalizados e seus documentos eram armazenados e sempre que chegassem no volume da cor amarela estavam liberadas para arquivo. Também elaboramos um calendário onde os funcionários se revezavam para executar essa rotina eliminando a sensação de não agregar valor, além do excesso de movimentação para o arquivo", citou.

Para o especialista, é crucial que o empresário reconheça o problema. "Ele precisará de indicadores que reflitam essa realidade. Esses dados devem ser monitorados diariamente e precisam estar à vista de todos", disse. "Também é importante qualificar a equipe para que todos tenham a competência de enxergar os desperdícios e, com uso de recursos como **Lean Office** e **Lean Manufacturing**, tomar as ações necessárias", complementou.

Amorim faz parte da "Crescer Treinamento em Desenvolvimento Empresarial e Gerencial", consultoria que está no mercado desde 2013 atuando com PMO e Excelência Operacional através do Gerenciamento da Rotina no trabalho do dia-a-dia. (OAJ).

Parlamentares estudam medidas para reduzir burocracia e custo Brasil

31/01/2017 – Fonte: Portal Contábil

O Congresso concentra vários esforços para reduzir a burocracia tendo em vista a crise econômica que impõe a remoção de barreiras ao crescimento do País. Uma comissão mista, de deputados e senadores, foi instalada em dezembro passado e será presidida pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ). Há, ainda, uma frente parlamentar formada por mais de 200 deputados para promover a desburocratização.

O presidente da frente, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), assinala que o excesso de procedimentos administrativos tem atrapalhado as mais diversas atividades econômicas.

"É burocracia para registrar um produto, para ter uma licença ambiental, para ter qualquer documento que precisar. Na importação, hoje levamos quase 30 dias para desembarçar uma carga, que passa por nove ministérios, por mais de 90 carimbos. Isso é custo Brasil."

Iniciativas

Um dos objetivos da frente parlamentar é identificar as boas iniciativas de desburocratização já existentes e disseminá-las em outros ministérios, estados ou municípios.

É o caso da iniciativa do Ministério da Agricultura, batizada de "Agro+", que conseguiu racionalizar 69 procedimentos burocráticos, o que, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, gerou uma economia de mais de R\$ 1 bilhão por ano ao setor.

Esse valor, no entanto, ainda é muito pequeno diante de todo o desperdício de dinheiro que a burocracia impõe, segundo o deputado Valdir Colatto.

"A burocracia no Brasil, gasta hoje 1,4% do PIB Nacional, chegando a R\$ 46 bilhões, e o Brasil está perdendo a competitividade. É aquela história: ou o Brasil acaba com a burocracia, ou a burocracia acaba com o Brasil."

Debate

Segundo o presidente da frente parlamentar, um grande congresso pela desburocratização será realizado em março, reunindo especialistas e quem mais sofre com o problema.

A frente não quer que apenas os grandes empresários participem do esforço, e sim todo cidadão. Por isso, foi aberto um canal para denúncias sobre o excesso de procedimentos administrativos.

Quem tiver experiência sobre a falta de racionalidade na burocracia brasileira, em todos os níveis, pode enviar um relato para fpdesburocratizacao@gmail.com.

Investimento no Brasil faz 'escala' em países europeus

31/01/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Em busca de vantagens tributárias, corporações globais têm utilizado economias menores da Europa como interposto para investimentos produtivos no Brasil. Dados do Banco Central mostram que no ano passado US\$ 10,524 bilhões vieram da Holanda para o Brasil e foram aplicados em participação em empresas locais. No caso de Luxemburgo, foram US\$ 7,395 bilhões.

A Holanda lidera o ranking do BC de Investimento Direto no País (IDP) há quatro anos, à frente mesmo dos EUA, que possui dezenas de companhias com atuação global. Luxemburgo também aparece há anos nas primeiras posições, mas nos dois casos, boa parte dos recursos não tem origem nos países.

Especialistas ouvidos pelo jornal "O Estado de S. Paulo" explicam que isso é consequência direta da globalização financeira, que faz o capital migrar para países onde a tributação é menor.

"A Holanda funciona hoje como um paraíso fiscal. Suas condições de tributação, principalmente sobre o lucro, são extremamente interessantes quando comparadas com outros países dentro do continente europeu", explica Otto Nogami, professor de economia do MBA Insper. "A empresa nem precisa ter subsidiária produtiva dentro da Holanda, basta ter um escritório. É ele que vai receber os recursos e aplicar em outros mercados, como o Brasil", disse.

O presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luis Afonso Lima, explica que as facilidades são usadas, por exemplo, por investidores norte-americanos. "A Holanda investe aqui porque é passagem de capitais e tem muitos acordos comerciais com outros países.

Muitos capitais americanos, por exemplo, preferem passar primeiro pela Holanda".

Em 2016, o investimento direto dos EUA em participação no capital de empresas foi de US\$ 6,544 bilhões – abaixo do valor vinculado a Holanda e Luxemburgo. No entanto, a cifra americana seria muito maior, já que estes números do BC levam em conta o fluxo de recursos e apenas o investidor imediato – e não o investidor original.

No caso específico da Holanda, uma boa parcela dos aportes produtivos no Brasil está, de fato, vinculada a companhias holandesas, como a Shell (energia) e a Heineken (bebidas), que têm negócios consolidados no País. "Mas é difícil alguém citar alguma empresa de Luxemburgo presente no Brasil", diz Lima.

O levantamento também mostra que outros países podem participar dessa triangulação de recursos, como as Ilhas Cayman e Bahamas, que investiram em empresas brasileiras no ano passado.

Anualmente, o BC realiza o Censo de Capitais Estrangeiros, que busca avaliar não o fluxo (dinheiro que entra), mas sim o estoque (capital estrangeiro que permanece investido). Por meio dele, é possível verificar a origem do dinheiro, que chega no Brasil, e não apenas o País investidor imediato.